

## UMA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO HISTÓRICOGRÁFICA SOBRE OS CÍRCULOS OPERÁRIOS

Álvaro Barreto

Há alguns anos, Astor Diehl, em seu livro sobre o tema, reclamou do silêncio historiográfico a respeito dos Círculos Operários. A maior parte dos estudos históricos, políticos e sociológicos simplesmente desconheciam o movimento circulista ou o desprezavam, sob a alegação de que se tratava de uma experiência fracassada da Igreja Católica, destinada a dividir os sindicatos e a colaborar com o governo Vargas, portanto, desimportante frente às alternativas operárias mais contestatórias.<sup>1</sup>

Esse tipo de reclamação atualmente está desatualizada. Nos últimos anos surgiu um número bastante razoável de artigos, dissertações e teses que se propuseram a estudar os Círculos Operários, de tal forma que hoje se pode afirmar a existência de uma produção historiográfica suficientemente complexa e variável sobre o tema. Embora essa produção não tenha desmentido o juízo anterior - o circulismo efetivamente esteve vinculado à Igreja e adotou uma política colaboracionista e anticomunista -, conseguiu resgatá-lo como objeto de análise ao considerar que um movimento iniciado em 1932, com presença em grande parte do território nacional, formado por centenas de entidades, não poderia ficar reduzido àquela noção e deveria ser investigado em sua especificidade.

O presente texto busca identificar como as principais produções têm construído suas análises sobre o movimento, bem como procura apontar algumas lacunas ainda presentes nesse tipo de investigação. Trabalhamos com quatorze pesquisas diferentes, que não esgotam a produção, mas formam um quadro bastante representativo da mesma. Seis são artigos divulgados em revistas científicas ou em livros, a começar pela mais antiga investigação, realizada por José Odelso Schneider, em 1965, intitulada *O Operariado brasileiro e os Círculos Operários*, a qual se seguiram: *Círculo Operário e Igreja: a formação da classe trabalhadora*, de

---

Álvaro Barreto é Professor da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em História pela UFRGS.

Elomar Tambara; *Os Círculos Operários: um projeto entre a modernidade e a tradição*, de Astor Diehl; *Formação de lideranças entre os trabalhadores: os Círculos Operários*, de Urbano Rauch; *A Nova Carta de Princípios Doutrinários e Programáticos do movimento circulista e a doutrina social da Igreja*, de Roque Lauschmer, e *A questão social e os Círculos Operários do Recife*, de Carlos Miranda. Duas investigações estão publicadas em livros: a dissertação de mestrado de Astor Diehl, *Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (dos anos 30 a 1964)*, lançada em 1990, e uma pesquisa de Alvaro Barreto, chamada *Propostas e contradições dos Círculos Operários*, em 1995. Os trabalhos seguintes são oriundos de dissertações e teses defendidas em diferentes universidades. Howard Wiarda guarda o privilégio de ter realizado o primeiro estudo acadêmico sobre o tema, apresentado na Universidade de Massachussets, sob o título *O Movimento operário católico brasileiro - os dilemas do desenvolvimento nacional*; Berenice Brandão defendeu, em 1975, na UFF, *O Movimento católico leigo no Brasil: as relações entre Igreja e Estado 1930-37*. Nos anos 90, os cursos de pós-graduação brasileiros já produziram quatro dissertações com a temática circulista: *Círculo Operário e sindicalismo em Ijuí-RS (1923-1946)*, de Hilário Barbian, de 1991, na UFSC; *Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958)*, de Jessie Souza, na Unicamp, e *Círculos Operário católicos: práticas de assistência e de controle no Brasil*, Paulo Almeida, da PUC-SP, ambas de 1992, e, finalmente, *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os Círculos Operários (1932-35)*, de Álvaro Barreto, defendida em 1996, na UFRGS.<sup>2</sup>

\* \* \*

A sempre presente discussão teórica e metodológica a respeito da adoção de uma pesquisa baseada na análise estrutural ou nos acontecimentos, repete-se nitidamente na historiografia sobre o circulismo, a qual demonstra predileção pela análise da estrutura do movimento, isto é, por aqueles aspectos que unificam as diversas entidades e escapam aos acontecimentos que as envolvem. Em comparação com as preocupações explicativas de ordem geral, as investigações sobre a trajetória histórica do circulismo são menosprezadas. Assim, tornam-se objetivos recorrentes: tentar entender qual era a proposta do movimento, quais idéias influenciaram e ajudaram a montar essa proposta, quais caminhos o movimento percorreu na tentativa de implantar seu ideário, quais eram seus inimigos e aliados, que ataques recebeu e promoveu, quem eram e como

cativava seus filiados, quais mecanismos utilizava para manter a coesão.

Outro aspecto a se destacar é que os estudos podem ser subdivididos em três tipos de objetos: os que analisam o movimento circulista em geral, caso de Schneider, Tambara, Brandão, Rauch e Lauschmer; aqueles que também propõem uma investigação generalizante, mas a fazem a partir de uma entidade municipal ou estadual específica, caso de Barreto (1996) e Diehl, os quais estudam o circulismo rio-grandense, Almeida que o faz em Jundiaí (SP), Souza, em Volta Redonda (RJ), Barreto (1995) em Pelotas (RS), Wiarda, em Belo Horizonte (MG) e Miranda em Recife (PE). O terceiro grupo não tenta globalizar a interpretação do circulismo, mas se preocupa com a trajetória de uma entidade específica e a relaciona não com o contexto nacional, o Estado ou a Igreja, mas com o panorama local, fazendo da cidade, mais do que do Círculo Operário, o foco primordial. Nesse caso, inclui-se o estudo de Barbian sobre o Círculo de Ijuí (RS).

As pesquisas voltadas aos aspectos estruturais comungam da mesma interpretação básica, na qual estão incluídos como elementos característicos da ideologia do circulismo: o anticomunismo, a proposta assistencialista e educacional, a doutrina social da Igreja e, principalmente, a intenção cristianizadora. Todas, de forma direta ou indireta, fazem referências ao conjunto do programa circulista como identificado com a Igreja católica, calcado no combate ao comunismo, alinhado à política de oficialização dos sindicatos implantada por Vargas. Igualmente, discorrem sobre as principais práticas propostas ou realizadas pelo movimento no campo da assistência social e de educação ao operariado. Muitos desses trabalhos, ainda, como os de Wiarda, Brandão, Diehl, Souza, Miranda e Barreto (1995), apresentam o modelo de organização das entidades (categorias de associados, fluxo decisório, forma de acesso e estruturação da diretoria e das reuniões).

Todavia, em meio a essa avaliação comum, as respostas têm variado justamente quanto aos fatores a serem enfatizados como aqueles que melhor sintetizam o movimento circulista, explicam a sua formação e o conteúdo de sua proposta. As pesquisas distinguem-se também pelo contexto analítico em que situam o tema. E é a partir da diferença na unidade básica de resposta que se pode melhor entender essa produção historiográfica.

Wiarda, autor do primeiro estudo de fôlego sobre o circulismo, enfocou o movimento a partir de uma sociedade em rápida mudança, ótica típica da sociologia do desenvolvimento norte-americana. No seu entendimento, o circulismo apresentou um programa que visava à melhoria do homem como um todo, através de uma ampla gama de atividades, o

qual o tornava a alternativa viável frente às demais correntes do movimento operário e um dos elementos fundamentais através dos quais a Igreja buscava restabelecer os elos que a ligaram à sociedade brasileira antes de terem acontecido as transformações provocadas pela industrialização. Enfim, o eixo de análise de Wiarda elegeu o movimento operário e a Igreja como elementos explicativos a partir da noção de mudança social. Sua metodologia de estudo envolveu a apresentação geral do movimento, baseado na literatura circulista e na observação da Federação de Minas Gerais.

No estudo de Brandão, o enfoque é diferente: mais do que relacionar movimento operário e Igreja entre as décadas de 1930 e 1960, a autora procura relacionar Igreja e Estado num período específico de transformação, os anos 1930-1937, pois seu objetivo é ajudar a compreensão das relações entre poder temporal e espiritual no Brasil, no contexto da República Nova. No entanto, ela centra o estudo efetivamente na Igreja, pois a mobilização dos católicos leigos, intensificada nos anos 30, ocorreu graças à intenção da cúpula eclesiástica de definir as respectivas áreas de influência entre os dois poderes. Para isso, a Igreja formulou um discurso no qual se destacavam os problemas do laicismo e da falta de autoridade, cuja reunião evidenciava o papel a ser desempenhado pela mesma.

Embora a mobilização dos leigos tenha surgido nos anos 20, através de Dom Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo, ainda se tratava de um movimento meramente intelectual, sem penetração nas amplas camadas da população, camadas essas que o movimento revolucionário de 1930 pôs em agitação. Por isso, frente às mudanças sociais, a Igreja procurou ampliar sua influência nesses setores, notadamente o operariado e as classes médias. É onde se insere o circulismo como o responsável pelo operariado no movimento católico leigo.

Brandão informa que, nesse campo, o laicismo era identificado com o comunismo, que, paulatinamente, ganhava importância no discurso católico, substituindo os inimigos anteriores, tais como espiritismo, protestantismo e maçonaria. O combate ao comunismo servia como contraponto à doutrina católica, apresentada como aquela capaz de derrotar a grande ameaça, isto é, o catolicismo portava o aspecto positivo capaz de aniquilar, um a um, os aspectos negativos atribuídos ao comunismo. Qualquer tentativa de enfraquecer o sentimento religioso estava em colaboração com o comunismo, caso da oposição ao ensino confessional nas escolas e à assistência eclesiástica aos militares. O combate assumia formas mais diretas de contrapropaganda e manipulação de informações visando à formação de medo. A autora cita os apelos constantes ao terror, à difa-

mação e à calúnia, como, por exemplo, o caso de a Igreja buscar exemplos da situação da Rússia e do México para identificar o comunismo com vandalismo, barbárie.<sup>3</sup> Na URSS, conforme matérias veiculadas por *O Trabalho*, jornal do circulismo rio-grandense, persistia violência, perseguição e morte, fome, desespero e promiscuidade sexual, desrespeito moral de toda a ordem: final da família, da escola, do casamento.

O sentimento anticomunista no circulismo é tão forte que Brandão o considera o elemento determinante na sua influência junto ao operariado, aquilo que deu sentido e razão de ser aos Círculos Operários.<sup>4</sup> No entendimento, a assistência social que permeia seus objetivos acontece porque o movimento percebia que esse aspecto era importante para o combate ao comunismo. A autora apresenta a interpretação do padre Brentano como reforço a esse posicionamento: para o criador do circulismo, o comunismo tinha como “caldo de cultura” a miséria e as dificuldades de vida. *“Partia ele, portanto, do pressuposto de que melhorias na situação em que se encontravam os operários seriam fundamentais. Pensava que o comunismo perderia sua expressão e mesmo sua razão de ser, caso se acabassem os motivos que geravam a insatisfação entre os trabalhadores.”*<sup>5</sup>

A interpretação de Almeida, contudo, não enfatiza tanto o circulismo como uma entidade anticomunista e sim a sua intenção de cristianizar o operariado, condição necessária para melhor adequar esse trabalhador às exigências do mercado industrial nascente. A partir dessa ótica, ele destaca o circulismo como um movimento católico destinado a organizar o proletariado e a impor um novo padrão de comportamento moral e cultural. Tal objetivo era atingido através das práticas assistencialistas e paternalistas, pois o circulismo *“buscava atingir o operário no seu nível mais elementar, ou seja, na sua casa, no seu local de trabalho, pesquisando suas necessidades, colocando alternativas, procurando impor uma solidariedade orgânica entre capital e trabalho”*.<sup>6</sup> Como expõe o autor: *“ao mesmo tempo que o movimento circulista lança mão de práticas presentes no meio operário, para sedimentar experiências de assistencialismo, formação e controle, procura encobrir tais relações, com forte apelo à consciência e mentalidade religiosa. Procuramos perceber a sua capacidade de expansão para a vida privada dos trabalhadores, como se fazia presente nas fábricas junto à família, no lazer e na educação, como ao penetrar esses espaços, procurava impor padrões de comportamento moral e social. Esses elementos por vezes se encontravam em práticas cotidianas rotineiras, vinculadas a concepções correntes de caridade, obrigação moral, assistência religiosa, etc., mas nem*

*por isso menos eficazes, porque justamente aí podiam facilmente ser transformados em interesse de todos".<sup>7</sup>*

Assim, Almeida estrutura seu trabalho para observar e narrar as práticas adotadas pelo Círculo Operário de Jundiá durante o Estado Novo, as quais vão desde teatro, reuniões festivas, escolas, conferências, utilização de símbolos religiosos até a criação de cooperativas, mobilizações operárias, colaboração com os patrões, instalação de sindicatos e entidades nas próprias fábricas, etc.

Para Jessie de Souza os serviços a serem prestados à comunidade tornavam os Círculos atrativos aos trabalhadores, especialmente nos primeiros anos, mas a sua essência era o caráter educativo, destinado a recristianizar uma sociedade contaminada pelo germe da desordem, isto é, do comunismo.

*A Igreja ao longo dos séculos tem se notabilizado por sua ação educativo-formativa. Ela difundiu sua doutrina através do monopólio que exerceu sobre a educação formal e sua rede de educadores - os padres e freiras, laicos - que em todos os espaços da vida recriavam a realidade temporal, enquadrando-a à doutrina católica. [...] Os jesuítas são um dos fortes elos desta rede educativa-formativa do catolicismo romano. Portanto, nada mais óbvio do que a importância estratégica que o projeto pedagógico-educativo assume para o circulismo.<sup>8</sup>*

Diehl analisa o Círculo Operário como um projeto sociopolítico da Igreja católica no Rio Grande do Sul, cujo crescimento no meio operário se dá a partir da assistência social, pois tanto o Estado quanto as demais correntes sindicais não davam ênfase a esse aspecto. O assistencialismo circulista estava voltado à normalização dos conflitos socioeconômicos e à harmonização das classes sociais para uma sociedade capitalista. Por isso, o autor considera que, em última instância, o projeto católico circulista veio a beneficiar o Estado, pois facilitou a implantação do sindicalismo oficial. No estudo de Barreto sobre o Círculo Operário Pelotense, publicado em 1995, é seguida a mesma estrutura de exposição, a diferença maior foi o destaque da prática do COP, a partir de sua doutrina, expondo as atividades de assistência social, educação, entretenimento e organização sindical.

O estudo do circulismo como um movimento em combate real aos adversários, em especial aos comunistas, em torno de sindicatos, greves, congressos operários e outras práticas eminentemente políticas, foi o ob-

jeto de segundo trabalho de Barreto referente aos Círculos Operários, realizado em 1996 e restrito ao Rio Grande do Sul e ao período 1932-1935.

Os demais pesquisadores, no entanto, consideram reduzida a ação circulista na organização sindical, preferindo enfatizar o combate anti-comunista contido nas práticas cotidianas e na retórica, pois estudam o movimento especialmente durante o Estado Novo, quando, segundo eles, a estruturação de sindicatos deixou de ser um de seus focos principais. Souza indica, em contrapartida, que essa é uma interpretação equivocada e se esforça para mostrar como o circulismo estava diretamente envolvido nas lutas políticas de Volta Redonda. Barbian também mostra o envolvimento do circulismo com o movimento sindical, dessa vez na cidade gaúcha de Ijuí. Todavia, enquanto o Círculo Operário analisado por Souza enfrenta uma luta renhida com comunistas e trabalhistas num meio essencialmente industrial (Volta Redonda nos anos 50), o de Barbian não enfrenta oposição séria, pois está montando a estrutura sindical numa localidade com baixo índice de industrialização (Ijuí nos anos 30 e 40).

“ “ “

Como já vimos com razoável detalhamento os caminhos adotados pelas análises estruturais, vamos observar como tal abordagem se relaciona com uma “história dos acontecimentos”.

O estudo pioneiro sobre o circulismo<sup>9</sup>, realizado por Schneider, tinha por objetivo saudar a obra do padre Brentano, fundador do movimento que surgiu em 1965, apenas um ano após a sua morte. Trata-se de um artigo essencialmente de divulgação, estruturado a partir de uma distinção que se tornaria básica na investigação sobre o circulismo: considerar, para a trajetória do movimento, o período 1932-1945 como distinto do período posterior a 1945. Apesar de ser uma divisão fundada nos eventos, o que aparentemente contraria a afirmação anteriormente feita quanto ao interesse estrutural das investigações, facilmente se percebe que a fecundidade da mesma está baseada na sua eficácia para a análise estrutural.

Nos trabalhos aos quais tivemos acesso, torna-se nítida a predileção por centrar o estudo no primeiro período e o limitado esforço no que se refere ao pós-1945. A rigor, apenas Souza e Lauschmer centram suas investigações fora dos anos 1932-1945, enquanto Diehl faz algumas referências ao pós-1945 e Wiarda, Rauch e Schneider trabalham com ambos. Ou seja, há uma forte convicção entre os pesquisadores de que o período inicial do circulismo, localizado entre a República Nova e o Estado Novo, é o mais significativo de sua história, aquele no qual mais

evidentemente e com maior importância o movimento interagiu com o Estado, as demais correntes do sindicalismo e a Igreja.

Talvez por essa ênfase ao primeiro estágio é que o conhecimento disponível sobre o movimento circulista no pós-1945 seja tão limitado, de tal forma que ainda não está suficientemente respondida a questão relativa às efetivas mudanças que o circulismo sofreu. Por conseqüência, a adoção de 1945 como o ano de ruptura na trajetória do movimento está baseada mais nas modificações externas - o final do Estado Novo - do que por sensíveis alterações nos Círculos Operários. A interpretação de Wiarda indica claramente essa noção: *"depois da queda de Vargas em 1945, o movimento operário católico entrou em declínio, do qual somente agora começa a se recuperar. Um Congresso nacional, o quinto que os Círculos celebraram, no Rio de Janeiro, em 1946, projetou o futuro do movimento, porém o congresso conseguiu unicamente reafirmar os princípios com os quais foi originalmente fundados. Esses princípios - corporativismo, autoritarismo, etc - pareciam inapropriados considerando-se a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial e a euforia em favor da democracia que o fim da guerra estimulou".*<sup>10</sup> A explicação é bastante evidente: as mudanças ocorreram fora do circulismo que, ao não se adaptar ao mundo, perdeu espaço. No entanto, nem Wiarda nem os demais pesquisadores - em especial aqueles que enfocam os dois períodos - explicam ou estudam suficientemente os câmbios sofridos ou não pelo circulismo, seja no aspecto ideológico, seja em sua trajetória histórica. Logo, a noção de 1945 como um momento de ruptura, a que se seguiu a sua decadência, permanece como um pressuposto analítico ainda sujeito à confirmação no que se refere ao circulismo especificamente.

Enfim, a historiografia sobre o circulismo parece ter seccionado o movimento em dois períodos distintos sem ter o suficiente conhecimento para comprovar o acerto de tal divisão. Ao mesmo tempo, parece tê-lo congelado nos anos 30 e 40, do qual forneceu preciosas análises, mas sem efetivar uma ligação com o presente do movimento. Afinal, os Círculos Operários continuaram a sua trajetória e sobre esse período posterior a qual a historiografia pouco tem a oferecer.

O único estudo que aborda os Círculos Operários em seu estágio atual torna mais dramática essa questão. Lauschmer aborda as modificações programáticas recentes, gestadas nos anos 80, as quais, quando comparadas às propostas do início do movimento, indicam profundas diferenças ideológicas em seu interior, a começar pela adoção da luta de classes como um de seus pilares. O próprio texto - que é muito mais de exposição dessas mudanças e menos de análise de sua historicidade - evi-

dência que as mesmas ocorreram recentemente. Resta perguntar: nesses 50 anos de existência do movimento essa foi a sua única mudança radical? ele passou pelos câmbios externos da história brasileira e da doutrina social da Igreja sem alterações?

Enquanto a ênfase aos aspectos estruturais faz com que tenhamos uma riqueza de análises e matizes do que significa ou significou o circulismo no contexto nacional, perdeu-se de vista muito da sua trajetória histórica ou dos aspectos factuais de sua existência. Por exemplo: pouco se sabe sobre como se procedeu a fundação, expansão, consolidação e decadência (quando for o caso) do circulismo no País; se a mesma seguiu algum plano prévio ou se deu ao sabor dos acontecimentos; se a Igreja teve um papel decisivo ou não nesse processo.

Há respostas para tais questionamentos apenas no caso do Rio Grande do Sul e ainda assim até 1945 - o que apenas confirma nossa queixa -, pois os estudos de Diehl e os de Barreto conseguiram mapear a expansão do circulismo pelo Estado, desde a sua fundação. Logo, sabe-se que padre Brentano levou os Círculo Operários para cidades industrializadas, mas também para as pequenas cidades, nas quais pudesse iniciar suas práticas de assistência social e de organização sindical sem precisar lutar com outras correntes operárias. Da mesma forma, no modelo de sindicalismo oficial do MTIC, a presença do circulismo em pequenas localidades consolidava-o frente ao Estado e o fortalecia no combate a ser efetuado contra os inimigos nos locais onde houvesse conflito, notadamente, Pelotas e Porto Alegre. Igualmente, sabemos que os Círculos nessas pequenas cidades surgiam à beira da linha férrea, em direção ao norte do Rio Grande do Sul.

O trabalho de Miranda, embora seja um pequeno artigo de divulgação, traz informações sobre a expansão e decadência do movimento em Recife, que parece ter ocorrido justamente ao longo do período 1932-1945. Outra exceção a esse panorama é o trabalho de Souza. Por analisar a trajetória de uma entidade específica, fundada em 1946, a autora teve de buscar explicações e entendimentos para um período diferente do circulismo, o que lhe possibilitou desenvolver sensibilidade quanto às mudanças que o movimento apresentou desde a sua fundação. Logo, a autora sabe que *"os Círculos Operários, como expressão de um projeto teológico-político da hierarquia, se colocaram de diferentes maneiras no tempo. Ainda que a essência de seu conteúdo de caráter pedagógico-educativo tenha permanecido inalterada, seu movimento privilegiou diferentes embates e abordagens pedagógicas de acordo com as conjunturas vividas pela sociedade brasileira"*.<sup>11</sup>

Souza também tenta montar uma periodização da história do movimento circulista. Entre 1932 e 1936 houve um primeiro momento, justamente o período analisado por Diehl e por Barreto no Rio Grande do Sul, a que se seguiram os anos 1936-1945, caracterizados pela expansão no país do anticomunismo e o estabelecimento de relações contraditórias com o Estado.<sup>12</sup> Entre 1946 e 1964 inicia o período que ela reputa como o mais promissor do movimento, contrariando a maioria dos pesquisadores, pois houve definições mais substanciais quanto a sua política de formação (através de Escola de Líderes Operários) quando ele se estabelece nas principais regiões industriais da época: Volta Redonda, ABC paulista, próxima à Fábrica Nacional de Motores e aos metalúrgicos do Rio de Janeiro e inicia a sindicalização rural.<sup>13</sup> Depois, ainda vivenciou novo momento em 1964-1976, quando forneceu quadros para os sindicatos que sofreram intervenção e, ao mesmo tempo, entrou em contradição com a postura adotada pela Igreja frente ao regime militar. Finalmente, de 1976 a 1992, quando Souza encerrou seu trabalho, o movimento se reestruturou e se aliou às novas organizações operárias.

Não há como saber se essa periodização é correta para a totalidade do movimento exatamente pela falta de outras pesquisas, mas parece significativa, considerando a realidade do movimento na principal região industrial carioca. Todavia, conforme o texto de Lauschmer, uma das datas diferenciais na trajetória do circulismo deveria ser 1982 (quando, no XIII Congresso Nacional, foi proposta a mudança nos princípios) ou 1988 (quando os novos princípios foram aprovados no XIV Congresso Nacional), o que não é contemplado por Souza. A autora, igualmente, não explicita por que 1976 é uma data significativa, já que todas as outras têm eventos nacionais como justificativa (1946, 1964) - a exceção seria 1936, demarcada pelo Congresso Eucarístico Nacional, quando o circulismo foi incorporado pela cúpula eclesiástica.

A falta de estudos preocupados com os acontecimentos em torno do circulismo e em avaliar como esses eventos levaram a mudanças no movimento impede o conhecimento historiográfico de perceber as discontinuidades, contradições e, igualmente, de abordar os Círculos Operários como entidades em mudança. Vejamos um caso específico, circunscrito ainda à chamada primeira e mais significativa fase do circulismo, conforme o entendimento da maioria das pesquisas - fato que apenas torna mais aguda a carência de estudos sobre os períodos posteriores, pois nem nós, que estamos criticando tal postura, temos informações sobre o pós-1945.

\* \* \*

Os estudos estruturais concordam que o movimento está incluído na atividade cristianizadora empreendida pela Igreja Católica, na qual ao circulismo caberia o operariado, embora os autores variem na ênfase dada ao elemento determinante que o circulismo manipula para executar a função cristianizadora (anticomunismo, assistência social, formação de consciências). Se permanecermos apenas nessa constatação, estaremos enfatizando aquilo que o circulismo tem de comum com a ação católica e todas as demais alternativas adotadas pela Igreja. Além disso, estamos partindo de um pressuposto que pode estar equivocado ou que precisa ser melhor estudado, qual seja, de que o circulismo tenha se adequado à ofensiva católica sem enfrentar contradições ou conflitos com a hierarquia ou as outras alternativas de ação. Embora sempre tenha conungado do projeto católico, nem sempre a hierarquia o reconheceu como parte dele. Enquanto esse reconhecimento não ocorreu, o movimento passou por situações complicadas ou teve de lutar para obter espaço e convencer a hierarquia, notadamente o arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker, em cuja jurisdição ele surgiu, e Dom Sebastião Leme, autoridade máxima da Igreja no Brasil.

Afinal, que ele fez parte e contou com apoio da hierarquia eclesiástica parece ponto pacífico. Algumas situações ou informações indicam que isso ocorreu ou como sua vitória e incorporação progressiva pela hierarquia ou como necessidade da própria cúpula eclesiástica, quando não a reunião dessas possibilidades. O grande indício é uma situação particular enfrentada pelo circulismo, a qual o diferencia das demais atividades leigas do período: é um movimento que não brotou da hierarquia eclesiástica (da iniciativa do Cardeal Leme, de Dom João Becker ou mesmo do bispo da Diocese de Pelotas, Dom Joaquim Ferreira de Mello); mas foi progressivamente encampado pela cúpula, processo que demandou cinco anos (1932-1937).

Nesse período o movimento cresceu, fortaleceu-se como uma alternativa viável para o catolicismo, e, igualmente, enfrentou a desconfiança da própria Igreja, desconfiança essa centrada no setor social escolhido: o operariado. Historicamente, ele não merecera atenção maior, pois a estratégia padrão da hierarquia visava à elite muito mais do que aos trabalhadores. Poucas são as manifestações teóricas e as iniciativas práticas católicas brasileiras de destaque voltadas ao operariado. Alguns dos estudos até se referem a elas e ressaltam a sua raridade, porém, sem dar o devido valor a essa peculiaridade.

Brandão, por exemplo, registrou a pequena preocupação da Igreja brasileira com o operariado apresentada na revista *A Ordem* e o caráter

elitista do movimento católico leigo, mas considera a abertura ao operariado iniciada nos anos 30, a partir do próprio circulismo, como uma estratégia adotada sem maiores dificuldades no interior da estrutura da Igreja. Souza, embora demonstre preocupação com as mudanças do circulismo, quando analisa o primeiro período (1932-1936) prefere considerar a condição de iniciativa jesuítica e mariana do movimento - o que, aliás, é um elemento significativo no ideário circulista. O autor que mais perto se aproxima de perceber as diferenças no interior da Igreja e do estranhamento provocado pelos Círculos Operários é Almeida, ao informar que esse movimento é a postura de ação da Igreja gestada a partir da experiência rio-grandense a qual, ao mesmo tempo em que foi se firmando entre os católicos, contrariava a idéia dominante no Centro Dom Vital.<sup>14</sup>

Tentemos ver a seguir o pouco trabalho da Igreja voltado aos operários, bem como o circulismo conseguiu ocupar espaço na estratégia católica tendo tal setor como foco de atuação. Antes do advento do circulismo, a mais significativa experiência católica parece ter sido a Confederação Católica do Trabalho, surgida em Belo Horizonte, em 28 de setembro de 1919 e que apresentava proposta de ação social semelhante à dos Círculos Operários.<sup>15</sup> No Rio Grande do Sul, onde surgiu o movimento, René Gertz abordou a experiência da Associação de Agricultores e da União Popular para os Católicos Teutos, coordenada por Theodor Amstad, no início do século.<sup>16</sup> Todos esses exemplos levam Diehl a lembrar que os Círculos Operários são a primeira iniciativa coletiva católica de atacado, deixando os projetos de varejo individuais.<sup>17</sup> Tanto é verdade que padre Brentano teve de reorganizar, adaptando aos moldes circulistas, até mesmo a Confederação Nacional dos Operários Católicos (fundada por Alceu Amoroso Lima no Rio de Janeiro, em 1931), pois essa não passava de uma organização limitada, de cúpula, que agregava apenas uma organização de apoio às empregadas domésticas.

Dom João Becker, apesar da ênfase na reconstrução nacional que ele vislumbrava na Revolução de 1930 (a qual deu impulso à questão do trabalho), tinha uma visão refratária dos problemas sociais: identificava sua origem apenas no laicismo e na falta de vivência católica e não propunha nem exigia nenhuma medida prática de assistência social ou legais em apoio aos trabalhadores. O que era motivado, também, pelo entendimento que a industrialização era o terreno do laicismo por excelência e o trabalhador rural superior ao urbano justamente pela maior vinculação com os valores cristãos. Dentre os setores sociais urbanos a serem objeto das atenções da Igreja, destacavam-se a elite e a classe média, repetindo, na abrangência do Rio Grande do Sul, as orientações do

Cardeal Leme, sem preocupação prioritária com os setores populares.<sup>18</sup> Mais do que isso, quem estivesse orientado para o proletariado, costumava ser tachado de comunista.<sup>19</sup>

Contraopondo-se à despreocupação de Dom João Becker com o setor e, ao mesmo tempo, reagindo ao sindicalismo leigo do Decreto 19.770, o Centro Católico Acadêmico e a Ação Brasileira de Renovação Social, entidades rio-grandenses, tiveram uma preocupação maior com a questão social, colaborando significativamente com o circulismo. No Congresso do CCA, de 1933, por exemplo, a tese de Ernani Maria Fiori contornava a unicidade sindical, propondo a coexistência entre os sindicatos controlados pelo MTIC e as corporações de ofícios, estas de inspiração católica. O CCA projetou-se pelo interior do Rio Grande do Sul através dos Centros de Juventude Católica formados a partir da ação de Valério Alberton que, ao lado de Ernani Fiori, seria um dos intelectuais católicos a colaborar intimamente com a obra circulista, seja produzindo artigos, seja participando das obras de assistência social e dos cursos de formação de trabalhadores (orientação espiritual e educação). O mesmo se repetiu com os jovens ligados à Ação Brasileira de Renovação Social, criada em julho de 1935.

O circulismo, ao surgir em 1932, logo após a legislação sindical laica de Vargas e a encíclica “Quadragesimo Anno”, certamente tentou responder, no terreno prático, a esse contexto. No entanto, precisamos enfatizar mais uma vez, o movimento surgiu longe da hierarquia católica e na jurisdição eclesiástica de um arcebispo (Dom João Becker) afinado com o Cardeal Leme e pouco afeito a preocupações com os setores alheios à elite. Logo, em certos departamentos da Igreja havia desconfiança quanto a essa proposta voltada aos operários e surgida tão longe dos centros decisórios eclesiásticos, a qual poderia dificultar o esforço circulista. Esclarecendo, claro, que os verdadeiros inimigos do circulismo eram as demais entidades operárias, que disputavam o mesmo espaço e, no contexto do Decreto 19.770, tinham a vantagem legal do sindicalismo leigo.

Momento importante do circulismo foi a participação no Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1936, no qual estiveram, além da hierarquia católica, as principais entidades operárias ligadas à Igreja. Grande foi a movimentação do padre Brentano - através de tese apresentada, textos sobre o movimento circulista e negociação com outras associações católicas - para obter a definição de transformar em uma só organização as diversas entidades operárias católicas, reorganizando a CNOC, que passaria a seguir o modelo circulista. Essa proposta foi encaminhada ao Episcopado, reunido no

Congresso Eucarístico, que a aprovou e ainda acatou a idéia da realização de um encontro nacional de entidades trabalhistas católicas no Rio de Janeiro, em 1937. Houve um encontro entre Dom Sebastião Leme e as lideranças circulistas gaúchas, quando foi reafirmada a aprovação e definido o pedido de transferência do padre Brentano para o Rio de Janeiro, de onde deveria organizar não só o congresso de 1937 como o desdobramento do mesmo.<sup>20</sup> Padre Brentano, aproveitando o momento favorável à expansão do movimento pelo País, partiu para o Rio de Janeiro, onde participou da Semana de Ação Social, apresentando tese sobre os sindicatos profissionais em Pelotas e Porto Alegre.

A sua transferência para o Rio de Janeiro foi efetivada ao final de abril de 1937, quando participou do Congresso Mariano, o qual se mostrou um momento estratégico para preparar o Congresso nacional, pois representantes de vários estados (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte) estavam presentes.<sup>21</sup> O Congresso Nacional das entidades católicas ocorreu em novembro de 1937, contando com 31 delegados, representantes de 40 entidades católicas, das quais 34 Círculos Operários. No relato do padre Brentano, *“as principais resoluções do congresso foram as seguintes: (1) efetivação definitiva da CNOC, ideada por Tristão de Ataíde em 1931, adotando, todavia, moldes um tanto diferentes; (2) fundação de Círculos Operários em todos os centros do trabalho, como organização básica para todas as realizações do programa católico no campo econômico-social por parte do operariado; (3) as organizações operárias de orientação católica já existentes e os Círculos Operários a serem fundados adotarão os moldes de denominação, estatutos, métodos e símbolos oficializados pelo congresso, de modo que terão a mesma bandeira, distintivo, hino, etc; (4) os Círculos Operários de cada estado unir-se-ão em Federações estaduais, as quais filiar-se-ão à Confederação; (5) a CNOC e suas organizações serão aderentes à Ação Católica por intermédio do Secretariado Econômico-Social da mesma AC”*.<sup>22</sup> Somente nesse momento é que o circulismo conseguiria, efetivamente, espaço na estratégia de ação católica, projetada e aprovada pela hierarquia, que incorporava programaticamente o operariado ao movimento católico leigo.

Mesmo com essa vitória importante para seus propósitos, e apesar de seus resultados práticos posteriores, o circulismo aparece como uma alternativa coadjuvante, ainda olhada com desconfiança por outros movimentos católicos, quando não simplesmente classificada como “comunista” (e, portanto, inimiga) ou como um esforço inútil que desgastava as forças religiosas, as quais deveriam estar voltadas à elite. O “Manual

do *Círculo Operário*”, embora de maneira sutil e velada, apresenta essa contradição ou se esforça francamente para explicar aos demais setores católicos qual é a sua proposta. Os *Círculos* são apresentados como uma organização católica nos seus princípios, doutrina, suprema finalidade, em sua origem, método, estatuto, atividade, direção, além da ação dos assistentes eclesiásticos e da ligação com a Igreja através da adesão à Ação Católica Brasileira.<sup>23</sup> Apesar disso, não são organizações de direito canônico, nem possuem o estatuto de associação religiosa, caso das terceiras ordens, pias uniões e Ação Católica. Prevalece sua condição de associação católica de leigos, de direito civil, fundada na vontade dos associados, visando diretamente a fins de ordem temporal. Por isso, o clero não tem responsabilidade administrativa sobre a entidade e seus estatutos, fundação e instalação não dependem de aprovação formal da autoridade eclesiástica.<sup>24</sup> Porém, quando um *Círculo* é desativado, seu patrimônio é incorporado pela Diocese na qual estava sediado.

Essa é uma conceituação contraditória, afinal, uma entidade só pode ser *Círculo Operário* se possuir um assistente eclesiástico, cargo cuja nomeação independe da vontade dos associados porque é privilégio da autoridade eclesiástica na qual a entidade está inserida. Entende-se por que o circulismo considerou uma vitória significativa e montou uma estratégia de ação agressiva para se ver aprovado pelo episcopado durante o Congresso Eucarístico de Belo Horizonte.

Apesar de formalmente não fazer parte das organizações canônicas, o *Círculo* só pode existir se contar com o apoio da hierarquia eclesiástica, fato simbolizado na figura do assistente eclesiástico. O movimento é bem consciente dessa situação, pois padre Brentano servia-se de uma imagem para qualificá-lo: organização de fronteira, que não depende diretamente da hierarquia eclesiástica para assuntos de economia, administração, técnica, método, iniciativa temporal e área de ação; todavia, é dependente indiretamente da hierarquia em matéria religiosa e moral, conexa necessariamente aos assuntos econômicos, porque *“a questão social não é apenas um problema econômico [...]”; ela é antes de tudo uma questão moral e religiosa, de justiça, caridade e respeito à dignidade humana. E é este lado da questão social que interessa à Igreja, que lhe dá o direito e o dever de intervir*”.<sup>25</sup> O jogo de palavras constante na afirmação de dependência indireta e no fato de não depender em assuntos de ordem temporal, é impressionante: em nenhum momento é afirmada a independência do *Círculo Operário* ou a autonomia dos associados.

Afora as suas contradições internas no relacionamento com a hierarquia católica, o circulismo ainda enfrentou problemas especialmente

com a Ação Católica. Criada para organizar o laicato católico à missão sublime da Igreja de salvar as almas pela cristianização do indivíduo, da família e da sociedade, a ACB foi colocada numa esfera superior em relação às demais iniciativas leigas de então, provocando um relacionamento frio e uma recepção reticente de parte de antigas, fortes e poderosas irmandades, ordens terceiras e associações, caso da Congregação Mariana e das Conferências Vicentinas.<sup>26</sup> Esse não era o caso do circulismo, que, quando da fundação da ACB, em 1935, ainda dependia muito da infra-estrutura católica e pretendia buscar o reconhecimento pela hierarquia. Padre Brentano alerta que o movimento não poderia fazer parte da Ação Católica, por visar a fins temporais, enquanto a outra, a fins sobrenaturais; mas buscou uma alternativa, criando, logo que chegou ao Rio de Janeiro, o Secretariado Econômico-social, através do qual o circulismo era considerado “aderente” à mesma.

Tal situação não livrou o circulismo de críticas da Ação Católica que, fiel aos princípios catequizantes e elitistas, considerava o esforço temporal desnecessário: *“pensam e dizem que as obras econômico-sociais e outros semelhantes, em face das associações puramente religiosas e mais ainda após o advento da AC, não têm razão de ser, por não serem Ação Católica, propriamente dita, mas apenas secundária e indireta [...] E esta é uma concepção de AC, não só errônea, mas de consequências funestas para a própria religião [...] Sem a existência de obras econômicas-sociais, as obras da AC estariam ameaçadas de perder o contato com as realidades, de ter o magnífico programa de ação religiosa, sem encontrar um terreno onde realizá-lo”*.<sup>27</sup> Percebe-se que a estratégia do padre Brentano para driblar as críticas é chamar atenção para o valor do circulismo como apoio à própria AC, por ajudar a clarear o caminho da cristianização, ou seja, os Círculo Operários legitimam-se perante a ação católica dos anos 30 por seu apoio na ação catequizante na qual se evidencia seu caráter religioso.

## CONCLUSÃO

O artigo procurou fazer uma avaliação dos principais objetivos e resultados alcançados pela historiografia a respeito dos Círculos Operários a partir do acompanhamento de 14 trabalhos, a maior parte deles produzidos nos anos 90. Constatamos a ênfase à análise estrutural, isto é, a predileção pela busca de explicações dos aspectos organizacionais, programáticos do movimento circulista, assim como do seu relacionamen-

to com o Estado, Igreja, operariado e movimento sindical. Podemos perceber, também, a predominância de estudos sobre o circulismo no período da República Nova e do Estado Novo e um número reduzido de investigações voltadas aos períodos posteriores, embora o circulismo seja um conjunto de entidades ainda hoje existente.

Notamos, igualmente, o destaque menor aos “acontecimentos” nessa historiografia, o que, em nossa avaliação, dificulta a percepção de certas sutilezas do contexto circulista e provoca algumas carências na análise estrutural, a começar pela insuficiência teórica da afirmação majoritária de que 1932-1945 foi um período específico da sua trajetória e o mais significativo da mesma. Procuramos mostrar, através de uma investigação específica, como essa falta de consideração aos aspectos temporais afeta a análise explicativa. Escolhemos a vinculação do circulismo ao projeto da Igreja Católica, cuja relação todos os estudos tomam como pacífica, sem considerar que a incorporação do movimento pela elite eclesial só ocorreu após cinco anos de sua fundação e que o setor escolhido pelo mesmo não estava entre os mais pretendidos. Igualmente, os estudos juntam a esse problema de consideração temporal, um pressuposto analítico correto em traços gerais, mas cheio de nuances significativas, qual seja, que o projeto católico fosse um bloco uniforme, ao qual o circulismo foi agregado sem maiores dificuldades e conflitos.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Círculos operário católicos: práticas de assistência e de controle no Brasil*. São Paulo, 1992. Dissertação de mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BARBIAN, Hilário. *Círculo operário e sindicalismo em Ijuí-RS (1923-1946)*. Florianópolis, 1991. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina.
- BARRETO, Alvaro. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os círculos operários (1932-35)*. Porto Alegre, 1996. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_. *Propostas e contradições dos círculos operários*. Pelotas : UFPEL, 1995.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja e a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, tomo 10, 1986.

- BONI, Luis A. de. O catolicismo de imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BRANDÃO, Berenice. *O movimento católico leigo no Brasil: as relações entre Igreja e Estado 1930-37*. Rio de Janeiro, 1975. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. 157p.
- BRENTANO, Leopoldo. *O clero e a ação social*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional dos Operários Católicos, 1942.
- \_\_\_\_\_. *Manual do círculo operário*. 2.ed. amp. Rio de Janeiro: Confederação Nacional dos Operários Católicos, 1949.
- \_\_\_\_\_. *A legislação social brasileira e a encíclica Rerum Novarum*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional dos Operários Católicos, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Círculo Operário Pelotense: sua origem, seu programa, seu desenvolvimento. O Seminário*. São Leopoldo: v. 9, n.4, set.-out. 1934.
- CARVALHO, Pe. José. Os Círculos Operários e a Ação Católica. In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CATÓLICOS. *Os círculos operários. A ação católica. A ação social*. Rio de Janeiro: 1949.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CATÓLICOS. *Álbum do círculo operário*. Rio de Janeiro, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Os círculos operários. A ação católica. A ação social*. Rio de Janeiro, 1949.
- DELLA CAVA, Ralph. *Igreja e Estado no Brasil do século XX. Estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap n.12, 1975.
- DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (dos anos 30 a 1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Os círculos operários: um projeto entre a modernidade e a tradição. Veritas*. Porto Alegre: PUCRS, v.37, n.148, dez. 1992.
- GERTZ, René. *O Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. Veritas*. Porto Alegre: PUCRS, v.37, n.148, dez. 1992.
- ISAIA, Arthur Cesar. *O cajado da ordem - catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. São Paulo, 1992. 398p. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo.
- KLIEMANN, Luiza. *A ação social e catolicismo: radiografia de um grupo de pressão na conjuntura rio-grandense de 1935 a 1945. Teocomunicação*. Porto Alegre : PUCRS, v.12, n.59, 1983.
- LAUSCHMER, Roque. *A nova carta de princípios doutrinários e programáticos do movimento circulista e a Doutrina Social da Igreja*. In: SCHÜHLY, Günther / KÖNIG, Hans-Joachim / SCHNEIDER, José Odelso. *Consciência social - a história de um processo através da doutrina social da Igreja*. São Leopoldo: Unisinos, 1995.

- MIRANDA, Carlos. A questão social e os círculos operários do Recife. *Clio*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, n.16, 1996.
- RAUCH, Urbano. Formação de liderança entre os trabalhadores. Os Círculos Operários. In: SCHUHLY, Gunther / KÖNING, Hans-Georg / SCHNEIDER, José Odelso. *Consciência social - a história de um processo através da doutrina social da Igreja*. São Leopoldo: Unisinos, 1995.
- SCHNEIDER, José Odelso. O operariado brasileiro e os círculos operários. *Síntese Política Econômica Social*. São Paulo: Loyola, v.7, n.27, jul. set. 1965.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira. *Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958)*. Campinas, 1992. 151p. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas.
- TAMBARA, Elomar. Círculo Operário e Igreja: a formação da classe trabalhadora. In: GHIGGI, Gumercindo / TAMBARA, Elomar / HYPOLITO, Alvaro. *Trabalho, conhecimento e formação do trabalhador*. Pelotas: UFPEL/Mundial, 1993.
- WIARDA, Howard. *O movimento operário católico brasileiro: os dilemas do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1974. [Mimeog.].

## NOTAS

- 1 DIEHL, Astor. *Círculos operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (dos anos 30 a 1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990, p. 7-9.
- 2 Sabemos da existência de um outro trabalho de mestrado defendido por George Evergton Sales Souza, na Universidade Federal da Bahia, em setembro de 1996, intitulado: *Entre o religioso e o político: uma história do círculo operário da Bahia*. No entanto, ainda não tivemos acesso ao mesmo, motivo pelo qual está excluído da análise.
- 3 BRANDÃO, Berenice. *O movimento católico leigo no Brasil: as relações entre Igreja e Estado 1930-37*. Rio de Janeiro, 1975. 157p. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense., p. 126.
- 4 Idem, p. 130.
- 5 Ibidem, p. 110.
- 6 ALMEIDA, Paulo. *Círculos operários católicos: práticas de assistência e de controle no Brasil (1932-45)*. São Paulo, 1992. Dissertação de mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 10.
- 7 Idem, p. 12.
- 8 SOUZA, Jessie Jane Vieira. *Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958)*. Campinas, 1992. 151p. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, p. 43.
- 9 Estamos excluindo da análise todos os textos e livros publicados pelo próprio ou sobre o movimento circulista, literatura, diga-se de passagem, bastante vasta e em sua maioria produzida pelo padre Brentano.

- 10 WIARDA, Howard. *O movimento operário católico brasileiro: os dilemas do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1974. [mimeog.], p. 16.
- 11 SOUZA, Jessie. *Op. cit.*, p. 38.
- 12 Padre Brentano, no "Manual do Círculo Operário", apresenta uma periodização da trajetória do circulismo. Segundo ele, o primeiro marco vai de 1932 a 1936, com a fundação da Federação do Rio Grande do Sul e a irradiação para outros estados. O segundo marco é a definido pelas sessões operárias ocorridas no Congresso Eucarístico Nacional, em Belo Horizonte, em 1936. O terceiro marco transcorre entre o final do Congresso Eucarístico e a realização do Congresso Operário Nacional, em novembro de 1937, quando o modelo de organização circulista é aprovado para as entidades operárias católicas. Um quarto marco iniciaria logo após novembro de 1937 e o quinto e último seria caracterizado pela internacionalização do movimento. Cf. BRENTANO, Leopoldo. *Manual do Círculo Operário*. 2ed. amp. Rio de Janeiro : Confederação Nacional dos Operários Católico, 1949, p. 23-32.
- 13 SOUZA. *Op. cit.*, p. 57.
- 14 ALMEIDA, Paulo. *Op. cit.*, p. 21.
- 15 Padre Brentano procura listar várias iniciativas católicas voltadas ao operariado justamente para confirmar a idéia contrária, isto é, de que a Igreja historicamente estava preocupada com o operariado. Ele apresenta as iniciativas de Carlos Alberto de Menezes, Centros Católicos de São Paulo, Círculos Católicos de Trabalhadores de São José no Nordeste, Legiões do Trabalho em vários estados. Cf. BRENTANO. *Op. cit.*, p. 21-22.
- 16 GERTZ, René. O Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. *Veritas*, Porto Alegre: PUCRS, v.37, n.148, dez. 1992.
- 17 DIEHL, Astor. Os Círculos Operários: um projeto entre a modernidade e a tradição. *Veritas*, Porto Alegre: PUCRS, v.37, n.148, dez. 1992, p. 581. Na realidade, padre Brentano tivera a mesma percepção, quando explicou que todas as iniciativas católicas anteriores, ao contrário dos Círculos, limitavam seu raio de ação a um determinado lugar, quando muito a um Estado. Cf. BRENTANO, Leopoldo. *Op. cit.*, p. 22.
- 18 ISAIA, Arthur Cesar. *O cajado da ordem - catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. São Paulo, 1992. 398p. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo, p. 139-140, 284-285.
- 19 Padre Brentano costumava reclamar que os vínculos elitistas da Arquidiocese faziam com que ele recebesse pouco apoio e o intelectual católico Ernani Fiori declarou, em reunião do núcleo São João do Círculo Operário de Porto Alegre, que era acusado de extremista, mas apenas defendia o cristianismo social. Cf. BARRETO, Alvaro. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os Círculos Operários (1932-1935)*. Porto Alegre, 1996. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 100.
- 20 Idem, p. 104.
- 21 Ibidem, idem.
- 22 BRENTANO, Leopoldo. *Op. cit.*, p. 26-7.
- 23 CARVALHO, Pe. José. Os círculos operários e a ação católica In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CATÓLICOS. *Os círculos operários. A ação católica. A ação social*. Rio de Janeiro, 1949, p. 3.
- 24 BRENTANO, Leopoldo. *Op. cit.*, p. 75.

- 25 Idem, p. 76.
- 26 BEOZZO, José Oscar. A Igreja e a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, tomo 10, 1986, p. 323.
- 27 BRENTANO, Leopoldo. *Op. cit.*, p. 109-110.